



Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar



Produção Legislativa

Leis ordinárias

Estatística das leis do Brasil

1º semestre de 2009

SBS, Edifício Seguradoras, Salas 301 a 307
Brasília-DF CEP: 70093-900
Telefones: (61) 3225-9704 3225-9744
Fax: (61) 3225-9150
Página: www.diap.org.br
E-mail: diap@diap.org.br

Leis ordinárias do 1º semestre de 2009

Produção Legislativa de Janeiro a Julho de 2009

A participação do Congresso na estatística das leis no Brasil vem aumentando, apesar das constantes crises envolvendo a Câmara e o Senado nos últimos anos.

No período de janeiro a julho de 2009 foram transformados em lei 86 proposições, sendo 48 de iniciativa de parlamentares, 32 originárias do Poder Executivo, quatro do Poder Judiciário, uma do Tribunal de Contas da União e uma do Ministério Público da União.

Do total de leis (86) de 2009, 42, quase 50%, foram aprovadas conclusivamente pelas comissões técnicas permanentes das duas Casas do Congresso, dispensada a manifestação do plenário.

No mesmo período, em 2008, foram transformadas em leis 107 proposições.

Congresso

Das 48 leis de iniciativa de parlamentares, 29 são de deputados e 19 de senadores.

Apesar da redução do número de lei, de 53 para 48, em relação ao mesmo período do ano anterior houve uma mudança qualitativa nas proposições de iniciativa de parlamentares, especialmente as de autoria de deputados.

Enquanto as leis de iniciativa de deputados cuidam, majoritariamente, de direitos de cidadania e proteção dos consumidores, contribuintes e usuários de bens e serviços públicos e privados, a quase totalidade das de iniciativa de senadores, 13 das 19, tratam de temas sem relevância, como datas comemorativas e homenagens.

Aliás, num balanço entre as duas Casas do Congresso nesse período, a Câmara se saiu melhor em todos os quesitos, desde a saída mais cedo da crise, passando pelas interpretações criativas do presidente Michel Temer (PMDB/SP), que fez a Casa voltar a deliberar, até a qualidade das matérias transformadas em lei.

As interpretações do presidente da Câmara se referem à permissão para apreciação de matérias em sessões extraordinárias, mesmo com a pauta bloqueada, e à proibição de emendas à medida provisória com tema alheio ao originalmente tratado nela.

Foram duas iniciativas que valorizam o Parlamento. De um lado, porque permite a deliberação em plenário, e, de outro, porque evita contrabando nas medidas provisórias do Poder Executivo, contribuindo para a moralização do Congresso.

Executivo

O Poder Executivo, autor de 32 das 86 proposições transformadas em norma legal entre janeiro e julho, produziu menos leis que no mesmo período de 2008, quando atingiu a quantidade de 47.

Das 32 leis de 2009, 16 são oriundas de medidas provisórias, dez de projeto de lei (PLN) apreciados pelo Congresso (Câmara e Senado, em sessão conjunta) e seis de projetos de lei ordinário, apreciados separadamente em cada Casa do Parlamento.

A participação do número de medidas provisórias na produção de leis de iniciativa do Poder Executivo sofreu grande redução, de 25 para 16, caindo uma média mensal no mesmo período de 2008 de 3,7 para 2,3.

Das 16 MPs transformadas em lei, 10 sofreram modificação no Congresso, enquanto no mesmo período de 2008 apenas 13 das 25 editadas foram mudadas pelo Legislativo.

Os temas de maior incidência de leis de iniciativa do Poder Executivo foram, na ordem decrescente, orçamento, com 12 leis; tributos, com cinco; questões fundiárias, sistema financeiro, salário e energia, com duas cada, e vários outros temas com apenas uma lei.

Outros poderes

As leis de iniciativa dos tribunais superiores, da Procuradoria-Geral da República (Ministério Público) e do Tribunal de Contas da União, como sempre, tratam de reestruturação de órgãos e/ou criação de cargos.

Conclusão

A crise trouxe alguns aspectos positivos: ampliou a participação dos parlamentares na produção legislativa, moderou o emprego de medidas provisórias pelo presidente da República, melhorou a qualidade das leis de iniciativa dos deputados e levou à valorização do trabalho das comissões técnicas permanentes.

Esperemos que o Senado, quando a crise cessar, siga o exemplo da Câmara relativamente à qualidade das leis de sua iniciativa e também em relação à proibição de contrabandos nas medidas provisórias.

Antonio Augusto de Queiroz

Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Iniciativa	Proposição/Autor	Apreciação	Norma Jurídica	Ementa
Poder Legislativo	PL Deputado Orlando Fantazzini (PT/SP)	Conclusivo	Lei 11.983/2009 Lei das Contravenções Penais	Torna nulo o art. 60 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais. Artigo revogado: Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez: (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009) Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009) Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada: (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009) a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento. (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009) b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009) c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos. (Revogado pela Lei nº 11.983, de 2009)
Poder Legislativo	PL Deputado Alberto Fraga (PMDB/DF)	Conclusivo	Lei 11.982/2009 Política Social/Deficiência Física	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Poder Executivo	MPV Presidente da República	Plenário	Lei 11.981/2009 Credito Extraordinário	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.217.677.730,00 (um bilhão, duzentos e dezessete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta reais), para os fins que especifica.

Poder Executivo	MPV Presidente da República	Plenário	Lei 11.980/2009 Credito Extraordinário	Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica.
Poder Judiciário	PL Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Conclusivo	Lei 11.979/2009 Pessoal, criação de cargos TRT PR	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.
Poder Judiciário	PL Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Conclusivo	Lei 11.978/2009 Pessoal, criação de cargos TRT GO	Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.977/2009 Programa Habitacional "Minha Casa, Minha Vida"	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamento localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputado Dr. Hélio (PDT/SP)	Conclusivo	Lei 11.976/2009 Registro de Óbito	Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.
Poder Legislativo	PL Deputado Jovair Arantes (PTB/GO)	Plenário	Lei 11.975/2009 Transporte Rodoviário e Coletivo	Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.
Poder	PLN	Plenário	Lei 11.974/2009	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do

Executivo	Presidente da República		Credito Especial	Ministério das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), para os fins que especifica.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.973/2009 Credito Especial	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputado Manoel Salviano (PSDB/CE)	Plenário	Lei 11.972/2009 Saúde Pública, Vigilância Sanitária	Altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Poder Legislativo	PL Deputado Regis de Oliveira (PSC/SP)	Conclusivo	Lei 11.971/2009 Normatização de certidões Judiciais	Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.
Poder Legislativo	PL Deputada Janete Capiberibe (PSB/AP)	Conclusivo	Lei 11.970/2009 Transporte Aquático/Transporte Marítimo	Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.
Poder Legislativo	PL Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Conclusivo	Lei 11.969/2009 Código de Processo Civil	Altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. Dispõe sobre a retirada dos autos para obtenção de cópias.
Poder Legislativo	PL Deputado Zequinha Marinho (PSC/PA)	Conclusivo	Lei 11.968/2009 Sistema Rodoviário Nacional	Inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre Redenção / PA e

				Marabá / PA.
Ministério Público Federal	PL Procurador-Geral da República (PGR)	Plenário	Lei 11.967/2009 Conselho Nacional do Ministério Público	Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)	Conclusivo	Lei 11.966/2009 Crime de Responsabilidade De Prefeito	Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. (dispõe sobre alterações no trâmite do processo de cassação de mandato do prefeito pela Câmara de Vereadores).
Poder Legislativo	PL Deputado Rogério Lisboa (DEM/RJ)	Conclusivo	Lei 11.965/2009 Código de Processo Civil	Dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).
Poder Judiciário	PL Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Plenário	Lei 11.964/2009 Pessoal, criação de cargos no TRT GO	Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.
Poder Judiciário	PL Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	Plenário	Lei 11.962/2009 Pessoal, criação de cargos no TRT BA	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).
Poder Legislativo	PL Deputado Júlio Redecker (PSDB/RS)	Conclusivo	Lei 11.962/2009 Prestação de Serviços/Exterior	Altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior.
Poder Legislativo	PL Deputado William	Plenário	Lei 11.961/2009 Lei dos	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras

	Woo (PSDB/ SP)		Estrangeiros	providências.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.960/2009 Tributos, parcelamento de débitos	Altera e acresce dispositivos às Leis nºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como dá nova redação ao art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito em caso de calamidade pública ou para recebimento de recursos para projetos sociais, ao art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, para uniformizar a atualização monetária e dos juros incidentes sobre todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, ao art. 19 da Lei nº 11.314, de 3 de junho de 2006, para estender o prazo de durante o qual o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte poderá utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação para outros membros da Federação, e ao inciso II do art. 8º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, para prorrogar a data-limite para adesão pelos mutuários de créditos rurais inscritos em Dividas Ativa da União ao parcelamento dos seus débitos; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputado Koyu Iha (PSDBSP)	Plenário	Lei 11.959/2009 Plano Nacional da Pesca	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a lei 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do decreto-lei 221, de

				28 de fevereiro de 1967, e da outras providencias.
Poder Executivo	PL Presidente da República	Conclusivo	Lei 11.958/2009 Transforma Secretaria da Pesca em Ministério	Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.957/2009 Credito Especial	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 305.000.000,00 (trezentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.956/2009 Credito Especial	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 149.299.610,00 (cento e quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e dez reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.955/2009 Credito Especial	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais), para os fins que especifica.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.954/2009 Credito Especial	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009 crédito especial no valor total de R\$ 43.549.795,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais), em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO,

				para os fins que especifica.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.953/2009 Crédito Especial	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o fim que especifica.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.952/2009 Política Fundiária, ocupação terras da Amazônia	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, revogada a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PLS Senadora Iris de Araújo (PMDB/GO)	Conclusivo	Lei 11.951/2009 Saúde Pública/Controle Sanitário /Medicamentos	Altera o artigo 36 da Lei nº 5991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos.
Tribunal de Contas da União	PL Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)	Conclusivo	Lei 11.950/2009 Pessoal, plano de carreira do TCU	Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001 - Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.949/2009 Política Fundiária, transferência de terras da União para Roraima e	Dá nova redação a lei 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos estados de Roraima e do Amapá as terras pertencentes a união e da outras providencias.

			Amapá	
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.948/2009 Política de Crédito, BNDES	Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.947/2009 Política Social/Educação	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PLS Senador Marco Maciel (DEM/PE)	Conclusivo	Lei 11.946/2009 Homenagem Póstuma	Institui o ano de 2010 como Ano Nacional Joaquim Nabuco.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.945/2009 Tributos	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
Poder Executivo	MPV Presidente da República	Plenário	Lei 11.944/2009 Salário Mínimo	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009.
Poder Executivo	MPV Presidente da República	Plenário	Lei 11.943/2009 Energia Elétrica/Fundos Públicos	Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º

				da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.
Poder Legislativo	PL Deputado Fátima Pelaes (PMDB/AP)	Plenário	Lei 11.942/2009 Lei de Execução Penal, assistências às mães presas	Dá nova redação aos artigos 14, 83 e 89 da lei 7.210, de 11 de julho de 1984 - lei de execução penal, para assegurar as mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.941/2009 Tributos, parcelamento de débitos	Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinária de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de julho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, e 11.171, de 2 de

				setembro de 2005, revogando dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PLS Senador Gerson Camata (PMDB/ES)	Conclusivo	Lei 11.940/2009 Data Comemorativa	Estabelece 2009 como ano da educação profissional e tecnológica e o dia 23 de setembro como o dia nacional dos profissionais de nível técnico.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.939/2009 Crédito Especial	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.938/2009 Crédito Especial	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 310.511.886,00 (trezentos e dez milhões, quinhentos e onze mil e oitocentos e oitenta e seis reais), para os fins que especifica.
Poder Executivo	PLN Presidente da República	Plenário	Lei 11.937/2009 Crédito Suplementar	Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), para os fins que especifica.
Poder	PLS	Conclusivo	Lei 11.936/2009	Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a

Legislativo	Senador Tião Viana (PT/AC)		Saúde Pública, proibição de medicamentos	manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputado Geraldo Resende (PPS/MS)	Conclusivo	Lei 11.935/2009 Saúde/Seguro Privado	Altera o art. 36-C da lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
Poder Legislativo	PL Deputado Fernando Gabeira (PV/RJ)	Conclusivo	Lei 11.934/2009 Saúde Pública	Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.
Poder Executivo	MPV Presidente da República	Plenário	Lei 11.933/2009 Tributos, altera datas de pagamento de tributos	Altera a medida provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as leis 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; revoga dispositivos das leis 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica, reduzir a base de cálculo da contribuição do produtor rural na venda dos produtos que especifica e efetuar ajustes na tributação do cigarro; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputado Leandro Vilela (PMDB/GO)	Conclusivo	Lei 11.932/2009 Homenagem Póstuma	Inscreve o nome de Antônio de Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria.
Poder Legislativo	PL Deputado Davi	Conclusivo	Lei 11.931/2009 Homenagem	Denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP - Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá,

	Alcolumbre (PFL/AP)			Estado do Amapá.
Poder Legislativo	PL Deputado Beto Albuquerque (PSB/RS)	Plenário	Lei 11.930/2009 Data Comemorativa	Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea.
Poder Legislativo	PLS Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR)	Conclusivo	Lei 11.929/2009 Homenagem	Denomina "Rodovia Governador Aquilino Mota Duarte" trecho da rodovia BR-210.
Poder Legislativo	PL Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA)	Conclusivo	Lei 11.928/2009 Data Comemorativa	Institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.
Poder Legislativo	PL Deputado Celso Russomanno (PP/SP)	Conclusivo	Lei 11.927/2009 Data Comemorativa	Institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.
Poder Legislativo	PL Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ)	Conclusivo	Lei 11.926/2009 Data Comemorativa	Institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.
Poder Executivo	PL Presidente da República	Conclusivo	Lei 11.925/2009 Legislação Trabalhista, normas processuais	Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).
Poder Legislativo	PL Deputado Clodovil	Conclusivo	Lei 11.924/2009 Registro Civil	Altera o art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o

	Hernandes (PR/SP)			nome de família do padrasto ou da madrasta.
Poder Legislativo	PLS Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)	Plenário	Lei 11.923/2009 Código Penal, crime do seqüestro relampago	Acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o chamado "seqüestro relâmpago".
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.922/2009 Mercado Financeiro, regras sobre capital próprio da CEF	Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.
Poder Legislativo	PLS Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)	Conclusivo	Lei 11.921/2009 Política Energética	Altera a redação dos artigos 6º e 49 da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Dispõe sobre a política energética nacional).
Poder Legislativo	PLS Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR)	Conclusivo	Lei 11.920/2009 Homenagem	Altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista, Estado de Roraima.
Poder Legislativo	PLS Senador Romero Jucá (PSDB/RR)	Conclusivo	Lei 11.919/2009 Homenagem	Denomina "Ponte João Monteiro Barbosa Filho" a ponte transposta sobre o Rio Tacutu, na BR-401, km 133, nos municípios de Bonfim e Normandia, no Estado de Roraima.
Poder Legislativo	PLS Senador Romero Jucá (PSDB/RR)	Conclusivo	Lei 11.918/2009 Homenagem	Denomina "Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho" a ponte transposta sobre o Rio Tacutu, na BR-401, km 120, no município de Bonfim, no Estado de Roraima.
Poder Legislativo	PLS Senador Nabor	Conclusivo	Lei 11.917/2009 Homenagem	Denomina Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC - Plácido de Castro o Aeroporto Internacional de Rio

	Júnior (PMDB/AC)			Branco, no Estado do Acre.
Poder Legislativo	PLS Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE)	Conclusivo	Lei 11.916/2009 Homenagem	Denomina "Rodovia Governador Virgílio Távora" trecho da rodovia BR-116.
Poder Legislativo	PLS Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE)	Conclusivo	Lei 11.915/2009 Homenagem	Denomina "Governador Mário Covas" o Complexo Industrial - Portuário do Pecém, no Estado do Ceará.
Poder Legislativo	PLS Senador Romero Jucá (PSDB/RR)	Conclusivo	Lei 11.914/2009 Homenagem	Denomina "Palácio Dra. Maria Luiza Galindo Malaquias" o edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima.
Poder Legislativo	PLS Senador Romero Jucá (PSDB/RR)	Conclusivo	Lei 11.913/2009 Homenagem	Denomina "Rodovia Sylvio Lofêgo Botelho" trecho da BR 401, no Estado de Roraima.
Poder Legislativo	PLS Senador Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	Conclusivo	Lei 11.912/2009 Homenagem	Altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá.
Poder Executivo	PL Presidente da República	Plenário	Lei 11.911/2009 Sistema Rodoviário Nacional	Altera a lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o plano nacional de viação, para incluir na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário federal o trecho rodoviário compreendido entre as localidades de Pedro canário - ES e Nanuque - MG.
Poder Legislativo	PLS Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	Plenário	Lei 11.910/2009 Código de Trânsito Brasileiro	Altera o artigo 105 da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o código de trânsito brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de uso do equipamento suplementar de retenção - air bag.
Poder Executivo	PL Presidente da	Plenário	Lei 11.909/2009 Política	Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal,

	República		Energética, Gás natural	bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.908/2009 Autoriza participação do BB e CEF na aquisição instituições financeiras	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências.
Poder Executivo	PLV Presidente da República	Plenário	Lei 11.907/2009 Pessoal, reestruturação remuneratória	Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das carreiras de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria, de que trata o artigo 2 da lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da carreira de tecnologia militar, de que trata a lei 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do grupo defesa aérea e controle de tráfego aéreo - grupo DACTA, de que trata a lei 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do quadro de pessoal do hospital das forças armadas - HFA, de que trata a lei 10.225, de 15 de maio de 2001, da carreira de supervisor médico - pericial, de que trata a lei 9.620, de 2 de abril de 1998, das carreiras da área de ciência e tecnologia, de que trata a lei 8.691 de 28 de julho de 1993, do plano de carreira e cargos da fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de que trata a lei 11.355, de 19 de outubro de 2006, das carreiras e do plano especial de cargos do departamento nacional de infra-estrutura de transportes -DNIT, de que trata a lei 11.171, de 2 de

			<p>setembro de 2005, da carreira da seguridade social e do trabalho, de que trata a lei 10.483, de 3 de julho de 2002, da carreira previdenciária, de que trata a lei 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos policiais e bombeiros militares dos ex-territórios federais e do antigo distrito federal, de que trata a lei 10.486, de 4 de julho de 2002, do plano especial de cargos da superintendência da zona franca de Manaus - Suframa, de que trata a lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, do plano especial de cargos da empresa brasileira de turismo - EMBRATUR, de que trata a lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, do plano de classificação de cargos, de que trata a lei 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do plano geral de cargos do poder executivo, de que trata a lei 11.357, de 19 de outubro de 2006, do quadro de pessoal da imprensa nacional, de que trata a lei 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da gratificação de incremento a atividade de administração do patrimônio da união - GIAPU, de que trata a lei 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das carreiras da área de meio ambiente, de que trata a lei 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do plano especial de cargos do ministério do meio ambiente e do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA, de que trata a lei 11.357, de 19 de outubro de 2006, das carreiras e do plano especial de cargos do FNDE, de que trata a lei 11.357, de 19 de outubro de 2006, das carreiras e do plano especial de cargos do INEP, de que trata a lei 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos juizes do tribunal marítimo, de que</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>trata a lei 11.319, de 6 de julho de 2006, do quadro de pessoal da fundação nacional do índio - FUNAI, do plano de carreiras e cargos do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - Inmetro, de que trata a lei 11.355, de 19 de outubro de 2006, do plano de carreiras e cargos do instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE, de que trata a lei 11.355, de 19 de outubro de 2006, do plano de carreiras e cargos do instituto nacional de propriedade industrial - INPI, de que trata a lei 11.355, de 19 de outubro de 2006, da carreira do seguro social, de que trata a lei 10.855, de 1 de abril de 2004, das carreiras e do plano especial de cargos do departamento nacional de produção mineral - DNPM, de que trata a lei 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do quadro de pessoal da AGU, de que trata a lei 10.480, de 2 de julho de 2002, da tabela de vencimentos e da gratificação de desempenho de atividade dos fiscais federais agropecuários, de que trata a lei 10.883, de 16 de junho de 2004, da gratificação de desempenho de atividade técnica de fiscalização agropecuária - GDATFA, de que trata a lei 10.484, de 3 de julho de 2002, da gratificação de desempenho de atividade de perito federal agrário - GDAPA, de que trata a lei 10.550, de 13 de novembro de 2002, da gratificação de desempenho de atividade de reforma agrária - GDAPA, de que trata a lei 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da gratificação de desempenho da carreira da previdência, da saúde e do trabalho - GDPST, de que trata a lei 11.355, de 19 de outubro de 2006, das carreiras e planos especiais de</p>
--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>cargos das agencias reguladoras, de que tratam as leis 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da gratificação temporária das unidades gestoras dos sistemas estruturadores da administração publica federal - GSISTE, de que trata a lei 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da gratificação especifica de produção de radioisótopos e radiofarmacos - GERPR, da gratificação especifica, da gratificação do sistema de administração dos recursos de informação e informática - GSISP, da gratificação temporária de atividade em escola de governo - GAEG e do adicional por plantão hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela lei 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da carreira de perito medico previdenciário, no âmbito do quadro de pessoal do instituto nacional do seguro social - INSS, do plano de carreiras e cargos do instituto Evandro chagas e do centro nacional de primatas e do plano especial de cargos do ministério da fazenda; reestrutura a carreira de agente penitenciário federal, de que trata a lei 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as carreiras de especialista em assistência penitenciaria e de técnico de apoio a assistência penitenciaria; altera as leis 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002,</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.457, de 16 de março de 2007, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das leis 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e da outras providencias.
Poder Executivo	PL Presidente da República	Plenário	Lei 11.906/2009 Pessoal, cria cargos para o IBRAM	Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Poder Legislativo	PL Deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP)	Conclusivo	Lei 11.905/2009 Data Comemorativa	Institui o Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho.
Poder Legislativo	PL Comissão de Educação e Cultura (CDC)	Plenário	Lei 11.904/2009 Política Cultural, Museu	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
Poder Legislativo	PL Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Conclusivo	Lei 11.903/2009 Saúde Pública/Controle Sanitário	Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.
Poder Legislativo	PL Deputado José Roberto Batochio (PDT/SP)	Conclusivo	Lei 11.902/2009 Estatuto da OAB	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.
Poder Legislativo	PL Deputado Augusto Carvalho (PCB/DF)	Plenário	Lei 11.901/2009 Regulamenta Profissão de Bombeiro Civil	Dispõe sobre a Profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.
Poder Legislativo	PLS Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)	Plenário	Lei 11.900/2009 Código de Processo Penal	Altera dispositivos do decreto-lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - código de processo penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, e dá outras providências.
Poder Legislativo	PLS Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)	Conclusivo	Lei 11.899/2009 Data Comemorativa	Institui o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da Literatura.

Poder Executivo	PL Presidente da República	Plenário	Lei 11.898/2009 Tributos/Comercio Exterior/ Paraguai	Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.
----------------------------	-----------------------------------------	----------	-------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------